

## **A PONTE MONUMENTAL DE NIEMEYER:** Narrativa e imaginário como campos de disputas por meio de uma nomenclatura

Arthur Gomes Barbosa<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 04/03/2022.

Artigo aceito em: 23/09/2022.

### **RESUMO:**

O presente artigo se propõe a analisar as disputas simbólicas que se desdobram a partir da Ponte Monumental projetada por Oscar Niemeyer em Brasília. Apesar do nome dado por seu autor, a ponte foi inaugurada em homenagem a um ditador, Ponte Costa e Silva, e desde então passa por processos de disputa que organizam em si questões referentes à memória urbana, narrativas sobre a cidade, o simbolismo e significado dos objetos urbanos. Nessa perspectiva, por meio das noções de imaginário social de Baczko (1999) e narrativa de Paul Ricoeur (1998) que se desenrolam no espaço, evidencia-se a questão em disputa: a memória no espaço urbano. Por meio da revisão bibliográfica e do estudo do caso específico propõe-se um tensionamento da questão, abordando os usos da memória na manutenção de narrativas complexas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Imaginário; Narrativa; Ponte Costa e Silva

**THE MONUMENTAL BRIDGE OF NIEMEYER:** narrative and imaginary as a field of dispute through a nomenclature.

### **ABSTRACT:**

This essay proposes to analyze the symbolic disputes that unfold from the Monumental Bridge designed by Oscar Niemeyer in Brasília. Despite the name given by its author, the bridge was inaugurated as a homage to a dictator, as Costa e Silva Bridge, and since then it has gone through processes of dispute that organize in themselves questions regarding urban memory, narratives about the city,

---

<sup>1</sup> Graduado em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGFAU/UnB. Orientadora: Luciana Saboia Fonseca Cruz. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7753672597245917>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7635-9894>; e-mail: [arthurgbar@gmail.com](mailto:arthurgbar@gmail.com). Docente externo do curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

symbolism and meaning of urban objects. From this perspective, through the notions of social and narrative imaginary available in the space, the question in dispute is highlighted:

memory in urban space. Through the literature review and the study of the specific case, a tensioning of the question is proposed, approaching the uses of memory in the maintenance of complex narratives.

**KEYWORDS:** Memory; Imaginary; Narrative; Costa e Silva Bridge.

## 1. Introdução

Pretendo no escopo deste trabalho<sup>2</sup> levantar pontos de atenção a respeito das memórias contidas nas cidades. Por meio do estudo de caso de uma nomenclatura em disputa, pretendo iluminar questões sobre a manutenção de narrativas e imaginários no espaço público, evidenciando então um uso político da memória na manutenção de conteúdos simbólicos.

Ao olharmos para a cidade e identificar em seu espaço seus elementos específicos, as construções e suas camadas simbólicas passam a ecoar, concordamos então com Freire (1997) quando esta aponta que as imagens e conteúdos que constroem nossos imaginários estão majoritariamente no espaço da rua. Em Brasília existe uma imagem, uma paisagem que ressoa. Nesta cidade existe uma ponte que além da união que proporciona por meio de sua fisicalidade, conecta também dissonâncias em termos de narrativas mnemônicas e simbólicas.

Estamos nos referindo a Ponte Costa e Silva, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado em 1976 que conecta as espacialidades do Lago Sul e Asa Sul, regiões administrativas do Distrito Federal localizadas no Plano Piloto de Brasília. De concreto armado, pilares de 15 metros e extensão de cerca de 400m, a ponte liga, mais especificamente, o Setor de Clubes Sul na Asa Sul à quadra 11 do Lago Sul (figura 1).

---

<sup>2</sup> O artigo em questão é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado (Atravessamentos da Ponte Monumental) desenvolvida no PPGFAU/UnB sob orientação da Prof. Dra. Luciana Saboia.

Figura 1: Ponte Costa e Silva visão lateral.



Foto do autor, 2020.

Esta ponte, pensada enquanto “Ponte Monumental” possui vários nomes, e cada um deles condensa uma série de tensionamentos que possibilitam a análise das configurações e refigurações das narrativas vigentes presentes no espaço da cidade. Desde sua inauguração com o nome do ditador Arthur da Costa e Silva, o objeto passa a ser questionado em termos narrativos e de memória, inquirido em sua nomenclatura, evidenciando um processo de disputa.

Projetada em 1967 só foi inaugurada em 1976, neste percurso, deixa de se chamar Ponte Monumental e se torna Costa e Silva, nome que passa então a gerar incômodos. Ainda em 1999 e novamente em 2003 foram elaborados projetos de lei de pouca força que intencionavam a troca do nome da Ponte. Já em 2012 a sociedade civil se manifesta em duas ações, a intervenção do Levante Popular da Juventude<sup>3</sup>, que altera momentaneamente o nome para “Honestino Guimarães” por meio de uma intervenção, e a ação do grupo Coletivo Transverso, que rebatiza a ponte como “Bezerra da Silva”. Ainda neste ano mais um projeto de lei intenciona a alteração do nome, o projeto 1076/2012 da deputada distrital Eliana Pedrosa, que não se consolidou. Em 2015 mais um projeto legal, desta vez de autoria do

---

<sup>3</sup> Grupo político de esquerda formado por jovens estudantes.

deputado Ricardo Vale. Uma vez aprovado, a ponte se chamava então Honestino Guimarães.

Este nome foi contestado por meio de ação judicial<sup>4</sup>, levando ao retorno ao nome Costa e Silva em 2018. Em 2021 o deputado Leandro Grass consegue, mais uma vez, alterar o nome para Honestino, até ser vetado pelo Governador do Distrito Federal, Ibanês Rocha. A ponte segue Costa e Silva. Além destes casos, a ponte vem sendo chamada quase que anualmente como Marielle Franco<sup>5</sup>, vereadora assassinada no Rio de Janeiro, uma iniciativa de grupos feministas.

Este brevíssimo histórico das nomenclaturas evidencia uma disputa, não só por um nome, mas por narrativas e memórias edificadas no espaço da cidade. Nesse contexto, iluminar e tensionar essa disputa é uma ação de extrema relevância e atualidade.

A ponte em questão, quando pensada como parte de Brasília, cidade construída no contexto democrático do sonho da nova capital, se desenvolve inicialmente em um outro tempo, onde personalidades autoritárias desfilavam como “heróis” da nação, já que em 1964, apenas quatro anos após a inauguração da cidade, se inicia o período ditatorial brasileiro. Na data da inauguração da ponte uma dessas figuras antidemocráticas passa a ser o homenageado que empresta seu nome ao objeto, Artur da Costa e Silva, marechal que assumiu o cargo de presidente em 1967 e faleceu em 1969. No contexto da inauguração da ponte a narrativa vigente condizia com a exaltação destas figuras autoritárias, pois o Brasil vivia ainda seu período ditatorial, que se encerra efetivamente em 1985. No entanto, 37 anos após o fim de um dos mais obscuros períodos da história nacional, seguem as homenagens a essas figuras sombrias.

---

<sup>4</sup> Em 2015 a sociedade civil, representada pela então procuradora Bia Kicis, organizou a contestação do nome no âmbito legal. O processo é então julgado com parecer favorável sob a justificativa de que não houve participação popular na escolha da nova nomenclatura.

<sup>5</sup> Desde 2019 o grupo de mulheres Olga Benário adesiva a placa com o nome da ponte homenageando a vereadora Marielle Franco. A ação foi realizada, até então, em 2019, 2020 e 2021.

A nomenclatura deste objeto torna-se problemática, uma vez que redesenha e continua projetando nos imaginários e no espaço narrativas complexas. Desta forma, ao pensar nos espaços e nas personalidades que emprestam seus nomes aos objetos simbólicos é preciso ter consciência das presenças e ausências, é preciso ter noção do que os fantasmas do passado representam ainda no presente, nos sistemas simbólicos, nas narrativas históricas, políticas e sociais.

Nos propomos então a tensionar a problemática da nomeação, questionando-a por meio do desenho da disputa que se dá sobre o nome. Esta disputa se apresenta ao pensarmos que na história do objeto existiram vários projetos que intencionam a troca do nome, um indicativo de uma preocupação com a revisão das homenagens, da memória e do imaginário. Outro fato que corrobora com esse pensamento é a incidência recorrente de ações que questionam o nome, já que não é incomum ver a placa com o nome pichada, tanto em seus dias de Costa e Silva quanto Honestino Guimarães, estes questionamentos configuram a Ponte como um objeto a margem de pertencimentos, que está em disputa assim como as narrativas e memórias que suscita.

Tal discussão se torna pertinente e lugar de interesse ao levarmos em consideração diferentes escalas que permeiam as construções monumentais e um recente estopim de um processo de questionamento e revisão destes objetos, colocados agora em uma situação de inquérito, onde devem responder a quem se reportam.

Neste processo, tentamos também perpassar as questões de memória e narrativa que se apresentam ao pensarmos na manutenção e reconfiguração das narrativas. Para isso, entendemos o espaço segundo a perspectiva de Chantal Mouffe (2013), onde o lugar público se configura como uma dimensão de antagonismos e dissensos, evidenciando assim sua camada política, onde estão disponíveis os elementos formadores das noções de imaginário social, trabalhadas por Bronislaw Baczko (1999) e narrativa, que acessamos por meio de Paul Ricoeur (1998). A

pesquisa, de natureza exploratória, teórico especulativa, se desdobra sobre um estudo de caso e bebe de diferentes fontes e áreas de estudo, propondo uma leitura multidisciplinar que permite uma análise ampliada do objeto e das questões que dele se desprendem. Adotam-se os métodos da pesquisa bibliográfica sobre o caso específico escolhido como plataforma de observação na perspectiva do desenvolvimento de um estudo histórico-analítico crítico sobre a manutenção e ressignificação de uma paisagem simbólica com base em seus elementos significantes.

## **2. Narrativa e Imaginário: elementos de disputa**

Para entender de forma ampliada a disputa simbólica que se desenha sobre o objeto devemos triangular os temas que configuram essa disputa. Antes de ser uma discussão da onomástica, relativa somente à nomenclatura de um objeto, a disputa se dá em termos de memória e narrativa ordenadas a partir do vértice nome.

Tratamos então de uma série de conteúdos simbólicos e narrativos que são ordenados nos imaginários a partir de sua existência no espaço da cidade, colaborando assim com a construção e manutenção de narrativas, que existem também em um processo de reconfiguração, uma vez que os conteúdos que a nomenclatura sucinta estão sob questionamento. Ao considerar o espaço urbano como espaço de comunicação de narrativas, não podemos ignorar o que ensina Pierre Bourdieu (1996, pp. 23-24) que o espaço da comunicação é também um espaço de poder onde existem lutas travadas para dizer e representar o mundo, assim “ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Assim, estamos numa constante batalha para dizer o mundo, e dois dos campos onde são travadas estas lutas são o imaginário e as narrativas. Para darmos continuidade, passaremos então a trabalhar a ideia de narrativa, seguindo para a ideia de imaginário e então para a análise do caso estudado.

Entendemos as narrativas como as operações miméticas que são narradas e construídas ao longo do tempo, sofrendo influência também do vetor espaço, vemos como operam em sua prefiguração, configuração e reconfiguração, entendendo segundo Ricoeur (1998) como prefiguração, aquele estágio em que a narrativa está engajada na vida cotidiana, na conversa, ainda sem se separar dela para produzir formas literárias; configuração como o estágio realmente construído, narrado e por fim reconfiguração como um estágio de leitura e releitura da narrativa.

Ricoeur estabelece estágios para a narrativa, uma vez que esta é uma trama que se apresenta a partir de uma situação inicial que se transforma em uma situação final por meio dos episódios. Assim, o autor desenvolve os estágios da prefiguração, configuração e refiguração em paralelo com as questões do habitar e do construir. A arquitetura, o objeto construído, põem em narrativa as questões do morar, do ser no mundo, e então, concordamos com Fuão no momento em que este afirma que as “palavras moldam e direcionam nosso pensar, a casa doméstica e conforma também nosso pensar” (2016, p. 2), em um processo de influências mútuas, narrativa e construção se afetam.

Este objeto construído e habitado nasce de uma prefiguração, é configurado e continua a ser reconfigurado, o que para o Ricoeur significa falar de uma narrativa engajada na vida cotidiana, que não se separa dela para construir formas literárias, uma narrativa de um tempo efetivamente construído, já configurado, e as narrativas posteriores, as releituras, reconfiguração.

Ou seja, ao falar destes três estados e suas relações com a coisa construída, nos referimos a um processo de prefiguração que retoma as articulações humanas, os agentes, as redes de significado, às interações de uma vida cotidiana, os contextos, circunstâncias e resultados que levam o objeto coisa a existir, e que passa a existir narrado, configurado por meio das tramas que compõem a narração dos eventos, a organização dos acontecimentos postos ordenadamente em ação inteligível no mundo, até que passa a ser refigurado, processo que se dá na leitura, no encontro, no

desenrolar da cena, pois o objeto existe e assim está em contato com os vetores do tempo, o espaço, a linguagem, os sujeitos. A refiguração acontece ao *se ler* o objeto, impregnada esta leitura pelos imaginários e significados carregados por quem lê.

Ricoeur desenvolve seus pensamentos a partir do desvelamento da linguagem e ao tratar do construir, habitar, pensar e do narrar a palavra aparece como um elemento fundador. Assim como a casa e o espaço configuram modos de agir e pensar, a linguagem nos molda, o que nos leva a questionar a linguagem aplicada à narrativa: são essas que configuram o que vemos, o que nos olha, o que vivemos. Um objeto não se separa do que se diz sobre ele, do que ele diz sobre si próprio.

Assim, as manifestações que se ascendem do nome, intervenções sociais e civis, retomam uma dimensão pública do objeto e, no que concerne às narrativas, provocam ondulações que permitem ao “pôr-em-narrativa” cumprir sua função de levar a memória (RICOEUR, 1998), desdobrando-se e iniciando processos de revisão, cobrando que o observador se torne agente.

Seguimos então para noção de imaginário que acessamos por meio de Bronislaw Baczko. O autor polonês escreve a respeito da ideia de um imaginário social, que identifica e delimita como um sistema partilhado, construído por meio de símbolos que se perpetuam no tempo e espaço sendo acessado coletivamente:

Sistemas simbólicos sobre o qual e através do qual trabalha a imaginação social se constroem pela experiência dos agentes sociais, sobre seus desejos, aspirações e interesses. Todo o campo das experiências sociais é rodeado de um horizonte de rememorações, crenças e esperanças. O dispositivo imaginário assegura a um grupo social um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais (BACZKO, 1984 p.34 *apud* FREIRE, 1997, p. 113)

Esse sistema tem por função “construir uma matriz de tempo coletivo no plano simbólico, intervindo diretamente na memória coletiva<sup>6</sup>, onde os acontecimentos contam menos que suas representações imaginárias”

---

<sup>6</sup> Entendemos a memória coletiva por meio de Halbwachs como um sistema de memórias organizadas e partilhadas socialmente por grupos espacial e temporalmente situados (2006).

(FREIRE,1997, p.114). Nesse contexto, a participação da cidade na construção dos imaginários é inegável. Entendendo que a cidade se configura como um campo de representações, como afirmam Baczko e Freire “toda a cidade é uma projeção do imaginário social sobre o espaço” (BACZKO, 1984 p.36 *apud* Freire, 1997, p.114), logo, toda cidade habita em seus habitantes, nesse sentido, as projeções do imaginário na cidade denunciam formas de pensar e dizer a realidade, assim como evidenciam as narrativas que são compartilhadas pelos agentes sociais. Posto isso, entendemos que o imaginário social e a memória coletiva, criam um determinado potencial relacional. Lugares de encontro e reencontro numa perspectiva física, simbólica e memorativa, os objetos na cidade são cenas em ação no teatro das memórias.

Um dos elementos que se tornam matéria para a construção dos imaginários são os bens simbólicos, muitas vezes disponíveis no espaço da cidade, Esses bens simbólicos também estão associados a narrativas e é o imaginário que garante a manutenção destas, sendo então perpassado por um exercício do poder, tendo a capacidade de atuar na criação de uma certa “ordem social” (BACZKO, 1991, p.28), relacionando então o que é formulado por Baczko com o que trabalhamos por meio de Ricoeur, entendemos que o imaginário se configura também como um elemento do *pôr-em narrativa*.

Por meio destas afirmações, entendemos que existem relações entre imaginário e narrativa, sendo um caminho possível: as imagens da cidade criam imaginários que são acessados por meio da percepção da cidade, dessa forma, enquanto cena ordenada dos objetos, a cidade contém em si narrativas próprias vinculadas aos objetos que comporta, essas narrativas por sua vez são acessadas, mantidas e transformadas por meio do imaginário partilhado. Ou seja, os signos disponíveis na cidade são apropriados pelo imaginário, como visualidades dos acontecimentos e assim passam a se associar a narrativas, que são mantidas pela continuidade do signo no espaço e no imaginário.

Freire nos lembra que “o acervo de imagens disponíveis a nós, quando vemos, sonhamos ou lembramos, está, em grande parte, parece, na rua (1997, p.38), no espaço as imagens apelam às evocações da memória, às narrações e ao resgate de experiências (idem, p.40), em interações constantes com o tempo, com o espaço e com os potenciais narrativos, as imagens constroem relações entre as pessoas e o mundo. Essas relações por sua vez atuam na construção de valores, de narrativas a respeito do espaço, da vida, e nesse sentido, os valores e narrativas “como construções históricas e sociais, remete, invariavelmente ao imaginário social” (FREIRE, 1997, p. 46).

O imaginário social evoca representações e ideias imagéticas formuladas socialmente que possui uma realidade específica e impacto sobre as mentalidades e comportamentos (BACZKO, 1999, p.8), esse sistema de signos, símbolos, imagens e narrativas não deve ser tratado como desprendido da realidade de uma vida material, pois contribui ativamente para a alteração das ordens vigentes. Para Baczko alguns momentos históricos, denominados “tempo quente” irão corroborar na produção de imaginários, momentos de conflito social ou “comoção de estruturas” irão acelerar a produção de significações para os acontecimentos (1999, p.39), e assim, atuar na manutenção das narrativas, na transformação de estruturas políticas e sociais, nos modos de pensar e agir:

Ao estabelecer uma “identidade” para uma sociedade, bem como códigos de comportamento coletivamente aceitos, o imaginário assume uma realidade específica, não podendo mais ser percebido tão somente como um tipo de “adorno” de relações econômicas, políticas etc. (BACZKO, 1999, p. 14)

Nesse sentido, tem o imaginário social a capacidade de designar identidades, de propor reconhecimentos e continuar distribuindo sentidos partilhados, garantindo a manutenção de papéis e funções sociais estabelecidas com base em modelos associados aos próprios imaginários, e assim cria mecanismos de controle da vida e de exercício de poder (BACZKO, 1999, p. 28).

E é assim que se dá a disputa da qual tratamos. O que está em jogo na questão do nome não é apenas uma homenagem, o cumprimento de uma lei, ou uma alteração banal de um signo já consolidado, mas a manutenção de narrativas e de memórias.

Fazendo então uma conexão entre narrativa e imaginário podemos afirmar que existem relações entre os dois universos, uma vez que a narrativa enquanto conteúdo simbólico *dito* no espaço corrobora com a construção de imaginários, ao mesmo tempo que este garante, enquanto não houver ondulações, a manutenção da narrativa em um estado específico. Dando continuidade, passamos a observar as ondulações sobre o imaginário e a narrativa associados ao caso da ponte.

### **3. Resignificações, atualizações e manutenções: intervenções sobre um nome.**

Levando em conta as noções de imaginário e narrativa entendemos que as manifestações que se incidem sobre o nome da ponte atuam dentro do espaço destes dois conceitos uma vez que, por um lado questionam um bem vinculado ao imaginário social e por outro provocam processos de reconfiguração das narrativas condensadas no nome deste objeto, propondo assim transformações da configuração de sua representação no imaginário, observemos então estas ondulações.

Perpassamos em um brevíssimo histórico a questão das intervenções sobre o nome da ponte, no entanto, é necessário olhar com mais minúcia para essas ações, pois elas guardam discussões de extrema pertinência no que concerne à disputa pelo simbólico.

As intervenções sobre o nome se dão quase que majoritariamente<sup>7</sup> sobre o suporte que serve de repouso para a nomenclatura, o que faz bastante sentido já que

---

<sup>7</sup> Entendemos que as propostas legais de alteração também se configuram como intervenções sobre o nome que não utilizam do suporte.

no processo de ressignificação do símbolo, a ponte em si não pode, nem deveria, ser alterada. Não é *a ponte*, o objeto de infraestrutura que está em questão, e sim seu nome, assim as intervenções se dão fisicamente sobre a placa. Esse suporte apresenta tensionamentos próprios. Enquanto elemento de sinalização, a placa é uma das bússolas da cidade, ponto de orientação e reconhecimento dos e nos espaços, e o ato de intervencioná-las, alterá-las traz questões próprias no âmbito da comunicação e organização da cidade. Ao inserir a contrainformação sobre o signo cria-se um processo estratégico de comunicação e questionamento. Este ponto que é defendido e organizado por Sanches que analisa as intervenções na placa como uma forma de contestação das narrativas, uma estratégia de comunicação divergente das intenções oficiais:

Podemos considerar também que o ato de utilizar placas nos espaços das cidades para inserir contrainformação serve como estratégia de comunicação, recuperando narrativas que são negligenciadas, ao mesmo tempo que questiona os limites de representação das histórias oficiais. Assim, essa intervenção reflete uma crítica realizada por meio de uma mensagem rápida, contestando diversos conteúdos, tais como: o condicionamento ao qual estamos habituados [...] e a manutenção de valores que atualmente não integram, ao menos aparentemente, a ordem política vigente (SANCHES, 2020, p. 109)

A perturbação do signo naturalizado por mensagens dissidentes pode recuperar narrativas anteriormente negligências, e nos processos de disputa, auxiliar na reconfiguração das narrativas vigentes ao questionar e remarcar os limites e as margens das representações oficiais. Nesse sentido, pensemos sobre as intervenções no nome e na placa.

Em abril de 2012 o grupo Levante Popular da Juventude, uma organização de jovens militantes de esquerda, instalou sobre a placa oficial uma outra placa de papelão, batizando a ponte “Honestino Guimarães” (figura 2) em matéria do G1 DF é possível acessar o posicionamento do grupo, que em nota diz:

Não vamos permitir que as feridas da ditadura sigam abertas. Somos contra a tortura. Por isso vamos às ruas, sensibilizar a

juventude e toda a sociedade, para que o nosso direito à memória e à verdade sejam garantidos. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE *apud* G1,2012, n/p)

Figura 2: Intervenção Popular da Juventude



Fonte: Portal G1.

A ação não parece ter gerado tanta repercussão, uma vez que é até difícil recuperar maiores informações sobre o caso, no entanto, serve para marcar uma primeira intervenção que chama atenção para o objeto e dá início a um processo de disputas pela memória no âmbito civil.

Em julho do mesmo ano, foi a vez da ação do grupo artístico Coletivo Transverso acontecer. Os artistas adesivaram a placa questionando novamente seu nome, rebatizando a ponte de “Bezerra da Silva” (Figura 3). Os autores da ação, se manifestam a respeito da escolha da placa em entrevista ao G1, marcando uma posição oposta entre uma figura de relevância positiva e uma outra negativa

De acordo com Cauê Maia, que integra o Coletivo Transverso, a ação busca chamar atenção para o fato de que a ponte homenageia um presidente que não foi eleito de forma democrática. “Nós queríamos homenagear alguém mais importante para a história e para a cultura brasileira do que o ditador militar que instituiu o AI-5. Queríamos trazer uma luz para esse local, porque as pessoas passam diariamente ali e não notam” (G1, 2012, n/p)

Figura 3: Intervenção Bezerra da Silva, Coletivo Transverso, 2012.



Fonte: Sanches, 2020.

Maia afirma que a intervenção toma como ponto de partida a falta de atenção aos signos dispostos na cidade, no entanto, a partir dos processos de identificação do signo, quando a sociedade nota a nomeação é que o processo de disputa se inicia.

A ação do Coletivo, que causa uma ondulação narrativa ao trazer o questionamento, não apresenta, de fato, soluções para o problema, mas catalisa reações que visam a resolução da questão da trágica homenagem, tendo em vista que logo em seguida, em dezembro de 2012 temos a aprovação do Projeto de Lei nº 1.076/2012 da deputada Eliana Pedrosa que intencionava a troca do nome. Podemos dizer que é por meio destas duas ações iniciais que as esferas são divididas, as margens se evidenciam e tem início a disputa, que se escancara a partir de 2015, com a aprovação do Projeto de Lei que alterou o nome da ponte para “Honestino Guimarães”. É a partir desta troca e em especial da renomeação física da ponte, que se dá em sua placa, que o cabo de guerra se intensifica.

Sanches (2020) analisa o caso específico da Ponte Bezerra da Silva, traçando considerações no contexto da arte pública, sobre o potencial político das ações. Seu trabalho coexiste com nossas discussões, usando de um vocabulário artístico para o

que aqui tratamos no universo da memória e da narrativa. A autora perpassa a questão das intervenções tratadas como obras de arte pública, lembrando que as ações dessa natureza podem causar reações adversas, imprevistas (2020, p.110), mas que possuem por meio dessas reações imprevistas, o potencial de fomentar o atrito, o debate e as reconfigurações das narrativas. Isso se dá graças ao caráter público das ações, que se desdobram no espaço público e que chamam o público espectador para a condição de agente participante, delegando ao espectador participante a tradução da obra e a atribuição de significado.

Assim, as manifestações que se ascendem a partir da placa e do nome, intervenções sociais e civis, retomam uma dimensão pública do objeto (imaginário - narrativa - memória) e, no que concerne às narrativas, provocam ondulações que permitem ao “pôr-em-narrativa” cumprir sua função de levar a memória (RICOEUR, 1998), desdobrando-se e iniciando processos de revisão, cobrando que o observador, agora agente, se posicione.

Sanches retoma que a partir da instalação da placa que homenageia Honestino Guimarães diversas manifestações ocorreram, marcando as margens da disputa, tendo como pauta o descontentamento e repúdio ao nome escolhido em sessão plenária. Vale lembrar que ao contrário do Projeto de lei da deputada Eliana Pedrosa de 2012, o projeto de 2015 do deputado Ricardo Vale não previa participação pública por meio de audiência, o que em seguida causou a sua nulidade. Porém, por meio das manifestações na rua identifica-se sim participação pública, acalorada ainda pelo intenso contexto político que se vivenciava com o avanço dos posicionamentos de direita:

tal situação teve como contexto o grande embate político presenciado durante a campanha presidencial de outubro de 2014 e que se estendeu, especialmente pelas redes sociais, motivado pela tentativa de impugnação de mandato e o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef. Foi no mesmo período que se percebeu o crescimento de expressões políticas conservadoras e as manifestações de apoio ao Regime Militar (1964-1985) ganharam maior visibilidade (SANCHES, 2020, p. 110).

Por meio das figuras 4 e 5 vemos duas intervenções distintas que evidenciam a questão e o posicionamento dos interventores: uma pichação que transcreve “Costa e Silva” por cima de “Honestino Guimarães”, uma tentativa de apagamento que pinta o fundo com o novo nome e escreve em spray “Costa e Silva! Esse é o nome”. Cada uma dessas intervenções reafirma que não houve um deslizamento que nos levou ao esquecimento, mas uma intenção. Os responsáveis lembram, e é justamente isso que os motiva, já que as manifestações constituem um valor genuíno de parte da sociedade, antes disfarçado.

Figuras 4 e 5: intervenções sobre a placa.



Fotos: Michael Melo. Fonte: Sanches, 2020.

Ao analisar as disputas e as reações que se dão a partir das intervenções Sanches entende que as ações provocaram reações e experiências próprias do espaço público e da arte pública, entendendo que estas são capazes de provocar efeitos complexos graças à inserção dos significados em um domínio permeado de interdições, contradições conflitos (SANCHES, 2020, p. 113).

Essas intervenções se realizam como as obras de arte pública no momento em que afloram novas orientações, instaurando situações de confronto nos espaços. Isso acontece ao ondular as narrativas vigentes, ao perturbarem a cena da paisagem apreendida, ao "cutucarem" a memória. Tornam-se assim agentes de produção do espaço, capazes de redefinir formas de interpretação das cenas urbanas, dos seus conteúdos simbólicos por meio dos conflitos que geram, desestabilizando significados concretizados. O confronto então se dá pela diferenciação, pela presença nas margens opostas, pela diferenciação das formações sociais e suas expressões por meio da linguagem e narrativa, demonstrando relações de força exercidas no espaço, evidenciando interpretações do cotidiano, da memória e dos lugares, gerando choque de sentidos (PALLAMIN, 2000).

A oposição à manutenção da narrativa hegemônica também se manifesta sobre a ponte, evidenciando assim o choque de sentidos, o questionamento de valores e a negação do conteúdo simbólico ali inscrito. Além das intervenções contra o nome Honestino anteriormente comentadas temos também uma série de ações que questionam e criticam o nome Costa e Silva além da ação do Levante Popular da Juventude e do grupo Coletivo transversal.

Em uma busca em veículos de comunicação constatamos que em 2018 a placa, novamente Costa e Silva, amanhece "sangrando". Assim como o Monumento às Bandeiras em São Paulo que em 2013 recebeu um banho de tinta vermelha por parte de grupos indígenas, as letras brancas que organizam a homenagem "Costa e Silva" sob a placa apareceram cobertas de um vermelho violento, em uma evidente referência semiótica aos atos de atrocidade cometidos pelo homenageado. Já em fevereiro de 2019 a placa aparece mais uma vez intervencionada. Dessa vez o autor fez uma "correção" cobrindo o nome do ditador e escrevendo o nome do estudante. Em março do mesmo ano ativistas feministas juntamente grupo de mulheres Olga Benário adesivaram a placa, alterando mais uma vez o seu nome, dessa vez para Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em 2018. As autoras da ação questionam, mais uma vez, a homenagem ao ditador Costa e Silva:

“É um protesto para cobrarmos, das devidas instituições, o esclarecimento desse crime, porque a gente sabe que ele foi mandado e não pode ficar impune”, disse, ao Correio, Thais Oliveira, integrante do grupo. Segundo Thais, o grupo programou, para a data, homenagens a Marielle Franco por todo o país. Na ação em Brasília, a Ponte Costa e Silva não foi escolhida por acaso. “Escolhemos justamente por ela ter sido renomeada e agora levar o nome de um ex-presidente que foi conivente com o assassinato e com a tortura de diversas pessoas, inclusive mulheres, no nosso país”(CORREIO BRAZILIENSE, 2019, n/p)

A disputa pela memória se torna acirrada, e continua, o signo continua no centro dos conflitos, em 2020 o grupo de mulheres Olga Benário volta a trocar o nome da ponte, cobrindo o nome do ditador com o de Marielle mais uma vez, e em 2021 a mesma ação retorna.

Ações como essas e sua recorrência evidenciam que o processo de disputa não está apaziguado, muito pelo contrário. Ao evidenciar a posição das margens e dos opostos, as intervenções denunciam também o caráter agonístico do objeto, um caráter de disputa que vai muito além de uma simples nomenclatura. O signo Ponte Costa e Silva cristaliza em si uma série de questões no que concerne memória, representação, identidade, narrativa, construções de mundos possíveis; no momento em que esta imagem tem seu significado perturbado realizam-se reivindicações que formam um campo onde se concentram nas margens divididas as diferentes maneiras de se posicionar e identificar socialmente (SANCHES, 2020, p. 114).

O caráter agonístico dessas questões marca então os posicionamentos entre nós/eles que são vivenciados por ambos os lados da disputa e continuam, por meio da dissidência e divisões entre um e outro, fomentando o cabo de guerra simbólico de narrativas que observamos. O que está em jogo é a manutenção de uma memória, a promulgação de uma narrativa que constrói uma paisagem simbólica e um imaginário socialmente compartilhado.

As ações causam ondulações na manutenção da narrativa e, como acontecem no espaço partilhado, geram processos a favor e contra essas narrativas. Entre as

margens está a ponte, que serve de caminho e conexão entre formas distintas de se interpretar e narrar o mundo, caminho e conexão entre antagonismos e hegemonias. Uma vez em disputa, as questões que organiza estão sendo alvo de práticas que tentam, por um lado, desarticular e desafiar uma ordem narrativa estabelecida, por outro, garantir a continuidade da hegemonia vigente (MOUFFE, 2013), dessa forma, o debate sobre a nomenclatura da ponte, as disputas sobre a ponte, assim como a memória, a narrativa, os imaginários e as paisagens, todas essas são questões políticas.

#### **4. Reconfigurações**

Como demonstramos anteriormente, as disputas em torno da nomenclatura da Ponte se dão também e principalmente na esfera das narrativas. Em seu processo de edificação e ao longo de sua “vida” percebemos que a Ponte, conecta diferentes temporalidades e processos de narração do simbólico. Nesse processo, se pré-figura, configura e reconfigura no cotidiano de Brasília nas organizações desenhadas por Ricoeur.

Em um primeiro momento a Ponte é pré-figurada enquanto objeto monumental reconhecida assim por seu nome inicial dado pelo autor Niemeyer, conexão entre as conexões que Brasília promove enquanto Capital, é um símbolo do desenvolvimento, da urbanização, inaugurada após grandes dificuldades, uma saga heroica, prefigura um sentido de realização.

Absorvida pelo cotidiano da cidade, a ponte é dividida, recebe outro nome. Tal qual sua “irmã” Ponte das Garças<sup>8</sup>, oficialmente nomeada Ponte Presidente Médici, a Costa e Silva é conhecida também como “Segunda Ponte”, o que, no processo de configuração e efetivação de seu reconhecimento simbólico, evidencia já um incômodo, uma discordância da nomenclatura oficial. Se não houvesse aqui

---

<sup>8</sup> Ponte construída em Brasília sob o lago Paranoá. Sua edificação foi adianta devido aos atrasos na construção da Ponte Costa e Silva.

uma complexidade, não haveria a necessidade de um “apelido” tão naturalizado que chega até mesmo a encobrir o nome oficial.

Ao ser questionada enquanto elemento monumental da paisagem, ou seja, enquanto um agente criador de imaginários e guardião de conteúdos simbólicos, a ponte sofre um processo de ignição de uma refiguração. As ações que questionam seu nome se dão em uma esfera ampliada, onde a natureza da questão ultrapassa a nomenclatura.

Exemplos mundiais como no Chile, na Inglaterra, África do Sul, Estados Unidos<sup>9</sup>, e tantos outros nos mostram como é complexa a manutenção da homenagem a figuras históricas cujos papéis estão sendo revisados. Associado ainda ao recente avanço de correntes políticas conservadoras e ultraconservadores, principalmente no Brasil, observamos a retomada de um imaginário produzido em tempo quente anterior que é reaceso, e nesse sentido, homenagens e exaltações servem como combustível para o avanço destas narrativas, que carregam forças destrutivas a retomada. Os acontecimentos que tomam a paisagem e o espaço como palco não podem ser separados da vida cotidiana, da formulação de posições e deslocamentos políticos dentro do mundo. As imagens projetadas no espaço são reflexos e projeções do que se vive, são materialização de imaginários coletivos. Nesse sentido, enquanto reunião de signos e símbolos, enquanto orador, o espaço e a paisagem são realizações da narrativa.

Ricoeur (2018, p.18) pergunta: “o que é feito do enigma de uma imagem, de uma *eikon*, que se mostra como presença de uma coisa ausente marcada pelo selo da anterioridade?” Enigma de uma imagem seria então seus sentidos. Ao propor esta questão trabalha-se a presença de uma memória imagética, de signos e sentidos vinculados a uma imagem que persiste dentro do imaginário que construímos para a memória. Símbolos constroem imagens, em seu sentido ótico visual, e em seu

---

<sup>9</sup> Aqui retomamos os exemplos globais das manifestações do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos e na Inglaterra em 2020, a remoção de uma estátua de um imperialista branco na África do Sul em 2015 e também as manifestações sociais no Chile também em 2020.

sentido dinâmico poético, constroem textos, leituras possíveis, põem em ação o narrar. O autor questiona ainda “lembrar-se de algo é, imediatamente lembrar-se de si?” (2018, p.23), ao que respondemos afirmativamente.

Ao ver o outro vejo a mim, meu referencial imagético, meu imaginário, minha bagagem cultural, minhas projeções e perspectivas de mundo. Didi-Huberman aponta que vemos só é real quando nos olha, apenas o encontro das presenças cria-se então uma existência possível. Ricoeur também pode apresentar uma resposta quando afirma que “o contato do viver-junto começa pelas narrativas de vida que trocamos. Essas narrativas somente ganham sentido no intercâmbio das memórias, das vivências e dos projetos” (1998, p.3). É o contato, o lugar da ação comum que configura a existência em sociedade, mediada por vetores próprios que também tangenciam e condicionam as práticas possíveis. No entanto, o tempo, o espaço, a narrativa, a paisagem, atravessam, se transformam.

Pensar então nas transformações destes vetores e suas implicações na realidade nos permite também pensar a manutenção de narrativas da memória, e em seu oposto complementar, práticas de esquecimento. Huyssen (2014, p.15) afirma que “toda lembrança se baseia na mobilização e no apagamento, tanto a memória quanto o esquecimento são passíveis de múltiplas formas de abuso, assim como ambos podem surtir efeitos benéficos na busca da verdade e na reconciliação”, o esquecimento, no entanto, aparece em nossa cultura contemporânea como um fantasma, um algoz que persegue a memória e que irá destruir as bases fundamentais da nossa sociedade:

Na cultura contemporânea [...] o esquecimento é sistematicamente malvisto. É descrito como uma falha de memória: clinicamente, como disfunção; socialmente, como distorção; academicamente, como uma forma de pecado original; em termos de vivência, como um subproduto lamentável do envelhecimento (HUYSSSEN, 2014, p. 155)

Observa-se um medo avassalador de se esquecer, medo este que serve constantemente de abrigo disfarçado para o apoio à manutenção de narrativas obscuras. Ao se posicionarem contra o possível esquecimento que uma troca de nomes acarretaria, os que pregam a manutenção paradoxalmente “esquecem” que o manter o nome apaga as atrocidades cometidas pelo nomeado. No entanto ressignificar e reconfigurar não é esquecer, existe uma diferença ainda entre lembrar e homenagear.

Existe uma diferença de status entre o lembrar e o esquecer (Huysen, 2014), uma polarização que condiciona um ao espectro positivo e o outro ao negativo, respectivamente. Huysen sustenta-se inicialmente em Ricoeur, que aponta um certo dever de lembrar, mas nunca um dever de esquecer (idem, p.157). O esquecimento é nocivo, um fantasma, espreita de perto, essa estrutura binária continua profundamente arraigada sendo a memória sempre favorecida e o esquecimento condenado, sob uma nuvem de suspeita moral, uma falha, enquanto a memória é considerada crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Todos os tipos de identidade dependem dela e uma sociedade sem memória é um anátema (idem, p.157) neste contexto, Huysen relembra o conto de Jorge Luis Borges, “Funes, el memorioso” e aponta o caráter crucial do esquecimento para a resolução das narrativas que compõem nossa vida pública e nossa vida íntima, esquecer não só torna a vida vivível como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória.

Ao circundar as disputas mnemônicas, narrativas, simbólicas que se dão sobre nosso objeto, nos direcionamos a pensar possíveis respostas para a situação posta. Esquecer não é uma delas, muito pelo contrário. O esquecimento já está posto, o que se percebe é que a disputa se dá justamente no âmbito do lembrar e nesse sentido que precisamos exercitar a memória.

Ao longo deste trabalho entendemos a ponte como um objeto simbólico que continua, apesar das transformações nos vetores tempo-espço, a narrar seus

conteúdos, em constante diálogo com estes vetores, mobilizando por meio do afeto, pela memória, com o objetivo de comunicação contínua de uma ideia de pertencimento e reconhecimento sancionada pelos dominantes, atua simultaneamente na coordenação de narrativas em suas pre-configurações, configurações e reconfigurações.

Ao pensar as reconfigurações defende-se a atribuição conjunta de valores e significados tratados em uníssono, a evocação de significados diversos por meio do processo narrativo e comunicacional. No entanto, em termos práticos, uma ponte não pode ter vários nomes, vários significados, ironicamente é isso o que vemos e o que está em disputa, juntamente com a manutenção de memórias complexas. Mudar o nome não é inútil, o nome não está consolidado, como afirmam discordantes das propostas de alteração. Mudar o nome é configurar uma nova imagem do mundo, reescrever outra narrativa histórica que proporcione questionamentos e a manutenção de uma relação crítica com os espaços. A velocidade dos signos e símbolos é dilatada, é outra, demora. Mudar o nome é um projeto de futuro que olha para o passado. Transformar a ponte, em suas triangulações, é intencionar a transformação de toda uma sociedade.

As disputas aqui apresentadas configuram-se então como elementos de construção deste debate, uma vez que evidenciam e fomentam os conflitos em torno dos objetos da memória e do simbólico. Entendendo em alinhamento com Huyssen que “a memória é sempre passado presente, o passado comemorado e produzido no presente, que inclui, de forma invariável, pontos cegos e evasões, a memória nunca é neutra” e dessa forma “todos os fenômenos da memória costumam ser conflituosos e estar em fluxo constante no tempo” (2014, p.181), constata-se então que os elementos do imaginário, enquanto espaço construído e orador, não são neutros, os seus sentidos vazam, contagiando e contaminando seus arredores.

## **5. Considerações finais**

Tracemos então o caminho para possíveis reflexões finais, que na estrutura deste trabalho serão entendidas enquanto conclusões. No entanto, a ressalva deve ser feita, uma vez que o debate em si não está concluído. A questão da nomenclatura da ponte continua, tanto no âmbito legal quanto das manifestações sociais.

A proposta legal de alteração do nome protocolada pelo deputado Leandro Grass não resultou, na renomeação da Ponte, uma vez que o projeto foi vetado pelo governador do Distrito Federal. E mesmo que resultasse, após o que constatamos aqui sobre o processo de disputa, é possível afirmar que esse rebatismo não será suficiente para determinadas parcelas de nossa sociedade. O que se evidencia por meio do debate da nomenclatura é uma disputa pela manutenção de memórias em detrimento do apagamento de certas narrativas e memórias outras.

Fato é que este campo de disputas se encontra em aberto. Ao retomarmos as questões legais que permeiam o nome, identificamos que a ponte *não tem um nome*. Tal constatação nos permite afirmar, que o que está em disputa não é um nome em si, mas as narrativas e o imaginário simbólico construído pelo signo, disponível na cidade como elemento sensível.

Dessa forma, por meio do caso abordado, tentamos evidenciar uma questão política do uso da memória como edificadora de narrativas. A homenagem pública à Costa e Silva aparece como suavização das mazelas por este provocadas, ao mesmo tempo em que mantém um caráter heroico para o personagem. Este ponto é relevante para determinadas parcelas da sociedade que se alinham com o homenageado e as correntes ideológicas que este representa. Por outro lado, a tentativa de alteração do nome demonstra um processo de resistência instaurado por outras parcelas que entendem também o uso político da questão na construção e manutenção das narrativas.

Procuramos então, destacar os usos das memórias e narrativas disponíveis no espaço na construção de imaginários socialmente partilhados que por sua vez

garantem a manutenção, ou alteração, de um posicionamento sobre o dizer do mundo, uma construção da realidade condicionada à narrativa hegemônica vigente.

## REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Editora 34, São Paulo, 2010.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo. Annablume, 1997.

FUÃO, Fernando. CONSTRUIR, MORAR, PENSAR: UMA RELEITURA DE ‘CONTRUIR, HABITAR, PENSAR’ (BAUEN, WOHNEN, DENKEN) DE MARTIN HEIDEGGER. **Revista Estética E Semiótica**. Brasília, v.6, n.1, p.1-30, 2016.

BERNARDES, Adriana; BRITO, Aline. Ponte Costa e Silva é “rebatizada” em homenagem a Marielle Franco. **Correio Braziliense**. Distrito Federal, 14 de Março de 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/14/interna\\_cidadesdf,742896/ponte-costa-e-silva-e-rebatizada-em-homenagem-a-marielle-franco.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/14/interna_cidadesdf,742896/ponte-costa-e-silva-e-rebatizada-em-homenagem-a-marielle-franco.shtml). Acesso em: 16 jun. 2021.

GRUPO muda nome de ponte em Brasília. **Portal G1**. Distrito Federal, 12 de abril de 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/grupo-muda-nome-de-ponte-em-brasilia-em-protesto-contraditadura.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GRUPO rebatiza ponte em Brasília com homenagem a Bezerra da Silva. **Portal G1**. Distrito Federal. 11 de junho de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/07/grupo-rebatiza-ponte-em-brasilia-com-homenagem-bezerra-da-silva.html>. Acesso em 15 jun. 2021.

GRUPO volta a mudar nome da Ponte costa e Silva em Brasília para Marielle Franco. **Portal G1 DF**. Distrito Federal, 8 de março de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/03/08/grupo-volta-a-muda>

[r-nome-da-ponte-costa-e-silva-em-brasilia-para-marielle-franco.ghtml](#). Acesso em: 15 jun. 2021.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte e Ensaios**. Rio de Janeiro, n. 27, p. 180-199, dez. 2013.

RICŒUR, Paul. Arquitetura e narratividade. **Urbanism**, n. 303, p.44-51. nov/dez 1998.

SANCHES, Pilar Pinheiro. PONTE BEZERRA DA SILVA A ARTE PÚBLICA PROVOCANDO O SENSO COMUM / Bezerra da Silva's bridge Public art provoking common sense. **Arte e Ensaios**. Rio de Janeiro, vol.26, n. 40, p. 107-121. doi:<https://doi.org/10.37235/ae.n40.8>